

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO NOVO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF BRAZIL'S NEW UPPER SECONDARY EDUCATION

DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS DEL NUEVO ENSINO MEDIO BRASILEÑO

Kátia Silene Silva Souza¹, Railene dos Santos Monteiro², Ricardo Figueiredo Pinto³, Évila Roseanne Silva da Anunciação e Silva⁴, Geovania do Socorro Santos Paiva⁵, José Raimundo Araújo da Silva⁶, Biratan dos Santos Palmeira⁷, Éder do Vale Palheta⁸, Jamacy José Albuquerque de Souza⁹

DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4457

Recibido: 05/01/2026| Aceptado: 30/01/2026| Publicación en línea: 04/02/2026.

RESUMO

O Novo Ensino Médio (NEM), instituído pela Lei n.º 13.415/2017, configura uma das reformas mais significativas da educação básica brasileira nas últimas décadas, ao propor reorganização curricular, ampliação da carga horária e flexibilização do percurso formativo por meio de itinerários. Este artigo, de natureza ensaística e teórico-reflexiva, tem como objetivo discutir criticamente os principais desafios e perspectivas associados à implementação do NEM no Brasil, articulando produções acadêmicas e documentos normativos que sustentam e contextualizam a política. A discussão evidencia que a implementação da reforma não se limita a mudanças formais, sendo atravessada por condições concretas de funcionamento das escolas, tais como infraestrutura, financiamento e disponibilidade de recursos, além de resistência institucional e cultural frente às inovações propostas. Destacam-se, ainda, os desafios relativos à equidade, considerando desigualdades sociais, econômicas e territoriais, bem como as necessidades de inclusão de grupos historicamente vulnerabilizados, sob risco de a flexibilização curricular produzir trajetórias formativas desiguais. Argumenta-se que a efetivação do NEM depende de investimentos consistentes, gestão e acompanhamento sistemáticos, valorização do trabalho

¹ Doutora em Ciências da Educação, Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED - AP), Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: katia.souza0880@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7722-7199>

² Doutora em Ciências da Educação, Secretaria Municipal de Educação (SEMED - AP), Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: railenedsmonteiro@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5499-6142>

³ Pós-Doutor em Propriedade Intelectual e Educação, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Belém, Pará, Brasil. E-mail: rfp@conhecimentoeciencia.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0323-485X>

⁴ Especialista em Currículo e Avaliação na educação Básica, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: evilaanunciacaoesilva@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5957-7107>

⁵ Especialista em gestão escolar (UNAMA), Secretaria Estadual de Educação (SEDUC - PA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: Geovania.paiva@escola.seduc.pa.gov.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0369-6138>

⁶ Especialista em Ensino Religioso, Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (FATECH), Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: jjotaraujo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6678-4687>

⁷ Doutor em Ciências da Educação, Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS), Belém, Pará, Brasil. E-mail: biratanpalmeira1@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0466-4588>

⁸ Doutor em Ciências da Educação, Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS), Belém, Pará, Brasil. E-mail: edervpalheta@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7079-0913>

⁹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal da Paraíba (IFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: jamacyalbuquerque8@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2850-9522>

docente e formação continuada, especialmente diante das exigências de metodologias mais participativas, uso de tecnologias educacionais e processos avaliativos coerentes com uma abordagem centrada no estudante. Conclui-se que, embora a reforma apresente potencial para promover uma educação mais inovadora, personalizada e alinhada às demandas do século XXI, sua concretização requer enfrentamento dos entraves estruturais e compromisso com a qualidade e a justiça social, reforçando a necessidade de avaliações institucionais e pesquisas empíricas que monitorem seus efeitos em diferentes contextos escolares.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Reforma Educacional. Políticas Públicas. Equidade. Formação Docente.

ABSTRACT

Brazil's New Upper Secondary Education (Novo Ensino Médio – NEM), established by Law No. 13,415/2017, constitutes one of the most significant reforms in Brazilian basic education in recent decades, as it proposes curricular reorganization, an increase in instructional time, and greater flexibility in students' learning pathways through elective tracks. This article, grounded in a theoretical-reflective essay approach, aims to critically discuss the main challenges and prospects associated with the implementation of the NEM in Brazil, drawing on academic literature and normative documents that support and contextualize the policy. The discussion shows that implementing the reform goes beyond formal changes and is shaped by the concrete conditions under which schools operate, such as infrastructure, funding, and resource availability, as well as by institutional and cultural resistance to the proposed innovations. Challenges related to equity are also highlighted, considering social, economic, and territorial inequalities, as well as the need to include historically vulnerable groups, given the risk that curricular flexibility may lead to unequal educational trajectories. The article argues that effective implementation of the NEM depends on consistent investment, responsible management, and systematic monitoring, along with the appreciation of teachers' work and continuing professional development, particularly in light of the demands for more participatory methodologies, the use of educational technologies, and assessment processes aligned with a student-centered approach. It concludes that, although the reform has the potential to foster a more innovative, personalized education aligned with 21st-century demands, its realization requires addressing structural constraints and a firm commitment to quality and social justice, reinforcing the need for institutional evaluations and empirical research to monitor its effects across different school contexts.

Keywords: New Upper Secondary Education. Educational Reform. Public Policy. Equity. Teacher Education.

RESUMEN

El Nuevo Ensino Medio (Novo Ensino Médio – NEM) de Brasil, instituido por la Ley n.º 13.415/2017, constituye una de las reformas más significativas de la educación básica brasileña en las últimas décadas, al proponer la reorganización curricular, la ampliación de la carga horaria y la flexibilización de las trayectorias formativas mediante itinerarios. Este artículo, de naturaleza ensayística y teórico-reflexiva, tiene como objetivo discutir críticamente los principales desafíos y perspectivas asociados a la implementación del NEM en Brasil, articulando producción académica y documentos normativos que sustentan y contextualizan la política. La discusión evidencia que la implementación de la reforma no se limita a cambios formales, sino que está

atravesada por las condiciones concretas de funcionamiento de las escuelas, tales como infraestructura, financiamiento y disponibilidad de recursos, además de la resistencia institucional y cultural frente a las innovaciones propuestas. Asimismo, se destacan los desafíos relativos a la equidad, considerando desigualdades sociales, económicas y territoriales, así como la necesidad de inclusión de grupos históricamente vulnerabilizados, ante el riesgo de que la flexibilización curricular produzca trayectorias educativas desiguales. Se argumenta que la efectivización del NEM depende de inversiones consistentes, gestión responsable y seguimiento sistemático, así como de la valorización del trabajo docente y de la formación continua, especialmente ante las exigencias de metodologías más participativas, el uso de tecnologías educativas y procesos de evaluación coherentes con un enfoque centrado en el estudiante. Se concluye que, aunque la reforma presenta potencial para promover una educación más innovadora, personalizada y alineada con las demandas del siglo XXI, su concreción requiere enfrentar obstáculos estructurales y sostener un compromiso con la calidad y la justicia social, reforzando la necesidad de evaluaciones institucionales e investigaciones empíricas que monitoreen sus efectos en diferentes contextos escolares.

Palabras clave: Nuevo Ensino Medio. Reforma Educativa. Políticas Públicas. Equidad. Formación Docente.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no Brasil, instituída pela Lei n.º 13.415/2017, tem representado uma das transformações mais abrangentes no campo educacional nas últimas décadas, por implicar mudanças curriculares, organizacionais e pedagógicas que alcançam diferentes dimensões da vida escolar. Ao propor maior flexibilização do percurso formativo, ampliação da carga horária e reorganização do currículo com possibilidade de itinerários formativos, a reforma apresenta-se como tentativa de aproximar a escola das demandas contemporâneas, reconhecendo a diversidade de interesses dos estudantes e a necessidade de uma formação que dialogue com o mundo do trabalho, a cidadania e a continuidade dos estudos.

Entretanto, a implementação de políticas educacionais dessa magnitude não se reduz à publicação de marcos legais ou à reorganização formal de documentos curriculares. Trata-se de um processo complexo, atravessado por condições concretas de funcionamento das escolas, por culturas institucionais consolidadas e por disputas de sentidos sobre o que se entende por qualidade educacional e por formação integral. Nesse cenário, emergem desafios relacionados à resistência institucional e profissional frente às mudanças, à adequação de infraestrutura e

recursos, à disponibilidade de financiamento e à capacidade dos sistemas de ensino em oferecer suporte efetivo às escolas para que as alterações previstas se convertam em práticas pedagógicas consistentes e sustentáveis.

Outro ponto importante desse debate refere-se à equidade, pois em um país marcado por profundas desigualdades sociais e territoriais, a promessa de flexibilização e diversificação do currículo pode produzir efeitos distintos conforme o contexto. As condições socioeconômicas das famílias, a distância entre áreas urbanas e rurais, as barreiras de transporte, bem como as desigualdades históricas que atingem grupos minoritários e estudantes com necessidades específicas, podem ampliar disparidades no acesso, na permanência e no aproveitamento escolar, caso a implementação do NEM não esteja acompanhada de políticas públicas capazes de garantir oportunidades reais de aprendizagem e de conclusão do ensino médio com qualidade.

Além disso, as mudanças previstas mobilizam diretamente o trabalho docente e a organização pedagógica das escolas. A oferta e o acompanhamento dos itinerários formativos, a incorporação de recursos tecnológicos, o uso de metodologias mais participativas e a necessidade de processos avaliativos coerentes com uma proposta centrada no estudante exigem investimentos em formação continuada, condições adequadas de trabalho e espaços institucionais de colaboração entre profissionais. Nesse contexto, avaliar e monitorar a implementação torna-se igualmente relevante, tanto para a melhoria das práticas pedagógicas quanto para subsidiar decisões em nível de gestão escolar e de políticas públicas.

Diante desse panorama, este artigo, tem como objetivo discutir criticamente os principais desafios e perspectivas relacionados à implementação do Novo Ensino Médio no Brasil. Busca-se, assim, contribuir para a compreensão do tema ao articular marcos normativos e literatura educacional, evidenciando tensões, possibilidades e condições necessárias para que a reforma não se restrinja a mudanças formais, mas se traduza em experiências educativas mais inclusivas, significativas e socialmente comprometidas.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo consiste em um ensaio acadêmico de caráter teórico-reflexivo, de abordagem qualitativa, cujo objetivo é problematizar e discutir criticamente os desafios e as perspectivas relacionados à implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no Brasil. Por se tratar de ensaio, o texto não se orienta por procedimentos de exaustividade típicos

de revisões sistemáticas ou por coleta empírica direta, mas pela construção argumentativa sustentada em referencial teórico e em documentos normativos pertinentes.

A elaboração do ensaio fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e documental, mobilizando produções acadêmicas sobre políticas educacionais, currículo, equidade, formação docente, avaliação e inovação pedagógica, bem como marcos legais que estruturam a reforma do ensino médio, com destaque para a Lei n.º 13.415/2017. As referências foram selecionadas por relevância e pertinência temática, priorizando autores e estudos reconhecidos na área e materiais capazes de oferecer suporte conceitual e interpretativo às discussões apresentadas.

O tratamento do material ocorreu por meio de leituras exploratória, analítica e interpretativa, articuladas à organização do argumento em eixos temáticos que orientam o desenvolvimento do texto, abrangendo: a resistência institucional e a cultura escolar frente às mudanças; as condições materiais e a infraestrutura necessárias à implementação; o financiamento e as políticas de fomento; a equidade de acesso e permanência, considerando desigualdades socioeconômicas e territoriais e grupos historicamente vulnerabilizados; a flexibilização curricular e os itinerários formativos; a formação continuada e a reorganização do trabalho docente; os desafios da avaliação e do monitoramento; e, por fim, as competências requeridas no século XXI e suas implicações para a cidadania, o mundo do trabalho e a continuidade dos estudos.

Para assegurar consistência ao ensaio, buscou-se manter coerência interna entre os eixos e a tese central, além de ancorar a discussão em referências especializadas e na contraposição entre proposições normativas e condições concretas de implementação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação do Novo Ensino Médio é um processo de mudança em todos os setores do ensino. Este processo tem perpassado por consideráveis e diversos desafios, que vão desde questões práticas até obstáculos mais complexos relacionados a transformação cultural e estrutural nas instituições educacionais, porém superado os desafios as perspectivas são de rompimento com a educação nos moldes tradicionais de ensino da atualidade.

Um dos principais desafios enfrentados nesta implementação é a resistência por parte de instituições educacionais estabelecidas e profissionais da Educação. Segundo Carbonell (2002), existem fatores que podem dificultar a implementação de uma nova prática educacional, como a

resistência à inovação devido o apego à rotina das práticas profissionais e por isso alguns profissionais se recusam a refletir sobre a prática, o individualismo e o corporativismo, e ainda a pouca pesquisa sobre a prática escolar.

Muitas escolas têm sistemas e práticas consolidadas e isto tem gerado resistência às mudanças, mas para além disso, a falta de recursos para implementar as novas políticas têm sido um dos fatores evidenciados nas revisões sistemáticas da literatura, como é o caso do estudo de Silva; Pasqual e Blaszkó (2022).

As questões relacionadas a infraestrutura das escolas, também são destacadas nos estudos de Socorro e Queiroz (2021). Para os autores, os espaços, como por exemplo, laboratórios, bibliotecas e salas de aulas espaçosas são importantes para que o professor consiga desenvolver com qualidade sua função, e assim obter êxito no desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes, no entanto, muitas escolas terão que passar por adequações para que obtenham os espaços necessários a essa nova prática.

A Lei 13.415/17, da reforma do ensino médio, instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Na referida Lei é previsto o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola, e ainda que os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a realizar a execução descentralizada dos recursos financeiros, por meio de repasse às unidades escolares (Brasil, 2017).

Todavia, a realidade vivida por muitas escolas é de necessidade de chegada de recursos financeiros suficientes. O apoio governamental adequado facilita a aquisição de recursos como computadores, impressoras, equipamentos audiovisuais, materiais para laboratórios de física, materiais esportivos, e além disso, possibilita a capacitação dos funcionários da escola para atenderem as exigências da nova política, e ainda viabiliza a adequação do espaço físico da escola.

Desta forma, o apoio financeiro governamental às escolas é indispensável, do contrário, se o recurso não chegar de forma adequada, tanto no que diz respeito a quantia quanto ao prazo previsto, especialmente para escolas localizadas em áreas de baixa renda ou com orçamentos limitados, isso poderá ser uma barreira significativa para a implementação efetiva do que é proposto para se desenvolver de habilidades e competências nos estudantes do Novo Ensino Médio.

Outro ponto desafiador nesta conjuntura, é a promoção da equidade de acesso à educação, visto que, este é um princípio fundamental e complexo para garantir que todos os alunos tenham

oportunidades igualitárias de acesso e sucesso educacional, de acordo com suas peculiaridades, e ainda que os leve a permanecer afim de concluir o ensino médio, e além disso, dar continuidade aos estudos.

Um dos aspectos importantes é a diferença entre as condições sociais e econômicas, que afeta diretamente a oportunidade de estudar. Alunos de comunidades com menos recursos financeiros historicamente enfrentam desafios extras, como dificuldades para pagar as despesas da escola, falta de acesso a materiais de estudo adequados, além de pouca ajuda da família para os estudos, o que reforça a necessidade do Estado ter políticas que supram essa carência do estudante (Cruz; Farah; Ribeiro, 2020).

Além das diferenças sociais e econômicas, há também desigualdades entre regiões e entre áreas urbanas e rurais que influenciam a oportunidade de estudar. Estudantes que vivem em regiões rurais ou distantes podem ter dificuldades para chegar à escola, por causa do transporte ou para ter acesso a locais que auxiliam na aprendizagem, como bibliotecas e laboratórios.

Também, é preciso garantir o acesso à educação de modo a incluir grupos, como por exemplo as minorias étnicas, os estudantes com necessidades especiais, os de origens linguísticas diversas. Grupos como esses, muitas vezes enfrentam discriminação, estigma e falta de apoio adequado para suas necessidades educacionais específicas, e isso tem resultado em disparidades significativas de acesso e desempenho acadêmico (Abicalil, 2023).

Outro desafio é a flexibilização curricular, que visa oferecer aos alunos uma ampla gama de itinerários formativos para atender às suas necessidades e interesses individuais. No entanto, garantir uma variedade suficiente de itinerários formativos, levando em consideração itinerários acadêmicos tradicionais, itinerários técnicos-profissionais voltados para áreas específicas de emprego, e itinerários de formação cidadã e desenvolvimento pessoal é desafiador.

A flexibilização curricular requer a adaptação dos currículos escolares existentes e o desenvolvimento de novos materiais didáticos para atender às diferentes formas de aprendizado, ou seja, promove a personalização da educação. Esta personalização precisa refletir da necessidade do aluno, o que pode ser difícil para os professores, que precisam garantir que os materiais sejam de qualidade e relevantes o suficiente para cada aluno em seu itinerário, e ainda usar métodos de ensino que sejam mais interativos e práticos.

Nesta questão dos itinerários formativos, os professores e demais profissionais da escola precisam de uma preparação adequada para oferecer aos alunos um bom suporte enquanto ele

estiver na escola e ainda dar direcionamentos para as atividades realizadas fora da escola, visto que, no Novo Ensino Médio é possível realizar atividades além da sala de aula habitual.

Desta forma, é esperado que o Novo Ensino Médio estimule a inovação pedagógica nas escolas para promover a adoção de práticas educacionais mais dinâmicas, participativas e centradas no aluno. O resultado dessa prática deve aparecer num ambiente de aprendizagem mais estimulante e motivador, capaz de engajar os estudantes de maneira mais efetiva, o que também pode favorecer o protagonismo estudantil.

Neste contexto, é possível a integração de recursos digitais e tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem, o que pode auxiliar a preparar os alunos para lidar com as demandas de um mundo cada vez mais tecnológico e conectado. Além disso,

A tecnologia sempre foi instrumento de inclusão social, mas agora isso adquire novo contorno, não mais como incorporação ao mercado, mas como incorporação à cidadania e ao mercado, garantindo acesso à informação e barateando os custos dos meios de produção multimídia através das novas ferramentas que ampliam o potencial crítico do cidadão (Pretto; Pinto, 2006, p. 29).

Neste sentido, a utilização da tecnologia no espaço escolar potencializa o saber tecnológico e ainda reforça o conhecimento que ora uma pessoa é cidadão e pode ser consumidor dela, bem como pode operá-la em seu trabalho. No entanto, isto requer que o professor tenha conhecimento nos diversos aspectos que rodeiam estas ferramentas tecnológicas para poder apresentar e compartilhar desse conhecimento com os alunos.

Para isso, a formação continuada dos professores é indispensável, pois são exigidas adaptações das práticas pedagógicas e, além disso, é fundamental uma atualização das habilidades dos educadores para atender às demandas do novo cenário educacional, o qual trouxe mudanças não só no formato das aulas e utilização de meios tecnológicos, mas também na utilização de metodologias ativas e diferentes possibilidades de avaliação (Perrenoud et al., 2002).

Para Nóvoa (2012), a formação dos professores deve vir de dentro da profissão, o autor discute a importância do reconhecimento do conhecimento dos professores, bem como sua valorização, e também, discorre que a mudança na práxis docente é possível em regime de colaboração entre os professores e por isso é necessário devolver a formação dos professores aos professores, e ainda é preciso compreender que os professores não podem responder sozinhos aos problemas da educação.

Proporcionar momentos de reflexão sobre os problemas educacionais e as incumbências de cada pessoa e órgão, sobre a valorização dos professores e sobre a importância dos professores,

além disso, momentos de formação, onde os professores troquem experiências seja dentro das escolas em que trabalham ou em eventos educacionais como workshops e simpósios, e até mesmo programas de capacitação podem contribuir para a melhoria da profissão e o aprofundamento da compreensão sobre as novas abordagens educacionais que estão sendo inseridas pela nova política.

Afinal, não se pode negar que muitos professores já há tempos vêm trabalhando com metodologias mais centrada no aluno e as metodologias ativas de ensino, como por exemplo, a aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida, tecnologias educacionais, ou seja, mesmo que essas práticas pedagógicas sejam consideradas inovadoras muitos professores já utilizam na sua práxis e através da troca de experiência é possível levar o conhecimento a mais colegas de profissão.

Com as práticas de formação continuada será possível também elaborar avaliações mais próprias para a nova abordagem, pois é importante saber como os alunos estão progredindo e qual deles não está de acordo com o que é esperado, de posse dessa informação o professor poderá preparar materiais que os levem a desenvolver o conhecimento no ponto de aprendizagem em que estão, sem deixar nenhum aluno com defasagem acumulada devido a avaliação inadequada para o estilo de aula que está sendo implementado (Luckesi, 2011).

Avaliar, neste cenário onde o aluno é o centro de todo o processo de ensino-aprendizagem e que devido a isso não se deve deixar nenhum aluno com defasagem parece muito desafiador, mas Segundo Hoffmann (2005), para uma prática de avaliação eficaz, é fundamental que os educadores adotem um olhar sereno, intenso e dedicado para compreender a história de vida dos alunos e suas trajetórias individuais de aprendizagem, enfatizando a importância da mediação nesse processo.

Isso também não é simples, mas conviver na sala de aula intencionalmente buscando conhecer o aluno pode levar o professor a levantar hipóteses da aprendizagem ou da dificuldade de aprendizagem. Desta forma, é importante que o professor busque conhecer seus alunos para compreender como deve proceder no processo de ensino-aprendizagem e nas diferentes avaliações.

Desta forma, a avaliação e todo o monitoramento que ela proporciona são elementos que permitem a identificação de áreas de sucesso e desafios a serem enfrentados, isso é importante para garantir a eficácia e a qualidade do Novo Ensino Médio. E neste processo avaliativo é necessário encontrar o equilíbrio entre as avaliações formativas, que oferecem oportunidades

regulares para feedback e desenvolvimento do aluno, e as somativas, que medem o desempenho ao final de um período de aprendizagem (Santos, 2016).

Além dessas avaliações, para o governo são necessárias avaliações em que seja possível fazer a verificação da implementação do Novo Ensino Médio e sua qualidade em nível institucional, local e nacional, isto é importante para que de forma responsável seja possível tomar decisões e orientar a melhoria contínua da nova política a partir dos resultados encontrados.

Outro desafio para o Novo Ensino Médio é efetivamente desenvolver nos estudantes as habilidades e competências necessárias para enfrentar as demandas do século XXI, e o resultado disso impactará significativamente na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e ainda na continuidade dos estudos no nível superior (Perrenoud, 1999).

Desta forma, habilidades, como por exemplo, pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação eficaz, trabalho em equipe e colaboração, que geralmente são valorizadas pelos empregadores em um ambiente de trabalho dinâmico e globalizado deverão ser evidenciadas dentro do ambiente escolar para garantir a aprendizagem efetiva e assim tentar facilitar a transição do estudante para o mercado de trabalho.

Também, quando a escola proporciona uma formação mais flexível e diversificada os alunos têm a possibilidade de aprender sobre uma variedade de opções de carreira e a buscar iniciativas empreendedoras que contribuam para o seu desenvolvimento econômico e social, com isso ampliando as oportunidades de emprego e empreendedorismo.

Paralelamente, o desafio é de ofertar uma base sólida de conhecimentos e habilidades acadêmicas, bem como orientação e suporte para os alunos na escolha de cursos e instituições de ensino superior que atendam às suas aspirações educacionais e profissionais, rompendo as barreiras locais para apresentar as instituições locais, nacionais e internacionais.

É importante que esses desafios sejam vencidos, pois uma educação de qualidade pode impulsionar o crescimento econômico de um país ao fornecer uma força de trabalho qualificada e inovadora, além disso, uma educação de qualidade promove uma sociedade mais justa e inclusiva para todos os alunos. Por outro lado, uma educação deficiente pode resultar em desigualdades socioeconômicas e falta de competitividade no mercado global (Perrenoud, Abrantes; Alves 2001).

Essas reflexões sobre os desafios e perspectivas do Novo Ensino Médio, leva a evidências que a sociedade brasileira está diante de uma transformação complexa e desafiadora no cenário educacional. A implementação dessa reforma enfrenta obstáculos como a resistência

institucional, a necessidade de adaptar currículos e infraestrutura escolar, além da urgência em garantir uma formação de qualidade para os professores.

No entanto, as perspectivas apontam para as possibilidades positivas que o Novo Ensino Médio pode oferecer, destacando seu potencial para promover uma educação mais personalizada, inovadora, inclusiva e alinhada com as necessidades do mundo contemporâneo. Se enfrentado os desafios com resiliência e criatividade, o sistema educacional pode aproveitar as oportunidades apresentadas pelo Novo Ensino Médio para transformar a experiência educacional dos alunos e promover um futuro mais promissor para a educação no Brasil.

Assim, tanto nas avaliações do governo quanto em pesquisas científicas sobre a nova política educacional que está sendo implementada é que será possível fazer a real verificação da qualidade do que está sendo vivido atualmente no Brasil. A transformação que se faz necessária nesta implementação é grandiosa e atinge todos os setores da educação, sendo, então, desafiadora para todos os envolvidos.

CONCLUSÃO

A implementação do Novo Ensino Médio no Brasil, instituída pela Lei n.º 13.415/2017, constitui um processo amplo e complexo, que ultrapassa alterações formais no currículo e demanda mudanças estruturais, organizacionais e culturais no interior das redes e das escolas. Ao longo da discussão, evidenciou-se que os desafios não se restringem a aspectos operacionais, mas envolvem tensões relacionadas à resistência institucional, à consolidação de novas práticas pedagógicas, à adequação de infraestrutura e à efetiva disponibilidade de financiamento, condições que, quando insuficientes, comprometem a materialização dos objetivos anunciados pela reforma.

Nesse sentido, verificou-se que a promessa de flexibilização curricular e de ampliação de oportunidades por meio dos itinerários formativos encontra limites concretos na capacidade de oferta das escolas e na necessidade de reorganização do trabalho pedagógico. A diversidade de percursos, para não se converter em desigualdade de trajetórias, requer planejamento, recursos, acompanhamento e, sobretudo, políticas de apoio que assegurem condições mínimas de funcionamento e qualidade em diferentes territórios, especialmente em contextos socialmente vulnerabilizados. Assim, a equidade emerge como dimensão decisiva: em um país marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, a implementação do NEM tende a produzir

resultados heterogêneos se não estiver articulada a políticas públicas voltadas à permanência, ao suporte pedagógico e à redução de barreiras materiais e simbólicas que afetam o acesso e o sucesso escolar.

Também se destaca que a consolidação do NEM depende, de maneira central, da valorização e da formação continuada dos professores, compreendidas como condições para a adoção de metodologias mais participativas, para o uso crítico de tecnologias educacionais e para a construção de processos avaliativos coerentes com uma proposta que pretende colocar o estudante no centro do processo de aprendizagem. A avaliação, nesse contexto, precisa equilibrar dimensões formativas e somativas, permitindo tanto o acompanhamento do desenvolvimento do aluno quanto a produção de informações relevantes para o aprimoramento institucional e para a tomada de decisão em nível de política pública, sem reduzir a complexidade do processo educativo a indicadores isolados.

Apesar dos obstáculos, as perspectivas associadas ao Novo Ensino Médio indicam potencial para promover experiências educativas mais significativas, dinâmicas e conectadas às demandas do século XXI, favorecendo o protagonismo estudantil, a integração de competências e a ampliação de possibilidades de projeto de vida. Contudo, tal potencial somente poderá ser efetivado se os desafios aqui discutidos forem enfrentados com planejamento, financiamento adequado, gestão responsável e compromisso com a equidade, evitando que a reforma aprofunde desigualdades e fragilize o direito à educação.

Por fim, por se tratar de um ensaio teórico-reflexivo, este trabalho não pretende encerrar o debate, mas contribuir para uma leitura crítica sobre os caminhos e impasses da implementação do NEM. Recomenda-se que pesquisas futuras avancem com estudos empíricos e avaliações em diferentes redes e contextos, de modo a compreender, com maior precisão, os efeitos do NEM na aprendizagem, na permanência e nas trajetórias escolares, bem como a identificar práticas e condições institucionais que favoreçam uma implementação comprometida com qualidade, inclusão e justiça social.

REFERÊNCIAS

ABICALIL, Carlos A. Direito à educação e à diversidade. In MUNDIM, Maria A. P. *et al* (org). **Direito à educação e à diversidade**. Campinas- SP: CEDES. 28-55p. 2023.

BRASIL, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Ministério da

- Educação – **MEC**. Brasília, DF. 2017. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em 09 de abr. de 2023.
- CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artemed Editora, 2002.
- CRUZ, Maria do C. M. T. FARAH; Marta F. S. RIBEIRO; Vanda M. Estratégias de gestão da educação e equidade: o caso do programa aprendizagem na idade certa (mais PAIC). **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 3, p. 1286-1311, 2020.
- HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22.ed.- São Paulo: Cortez, 2011.
- NÓVOA, Antonio. Devolver a formação de professores aos professores. **Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES**. Vitória, v. 18, n. 35, p. 1122, jan./jun. 2012.
- PERRENOUD, Philippe *et al.* **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
- PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed Editora. 1999.
- PERRENOUD, Phillippe; ABRANTES, Paulo; ALVES, Fernando. **Porquê construir competências a partir da escola?: Desenvolvimento da autonomia e luta contra as desigualdades**. Ed. Asa. 2001.
- PRETTO, Nelson; PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e novas educações. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, p. 19-30, 2006.
- SANTOS, Leonor. A articulação entre a avaliação somativa e a formativa, na prática pedagógica: uma impossibilidade ou um desafio?. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 24, p. 637-669, 2016.
- SILVA, Diovana A.C da; PASQUAL, Franciele M.; BLASZKO, Caroline E. Desafios e possibilidades do novo ensino médio: Uma revisão sistemática de literatura. **Ensino & Pesquisa**, v. 20, n. 3, p. 211-225, 2022.
- SOCORRO, Eduardo C. do; QUEIROZ, Rejane L. de. A BNCC E A FORMAÇÃO: Expectativas e Possibilidades Diante da Reforma do Novo Ensino Médio. **Minerva- Magazine of Science: Estudios e Investigaciones**, Num. 9, Vol. 1. 2021.